

Aos jornalistas credenciados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, integrantes dos comitês de imprensa dessas Casas do Congresso Nacional, e a imprensa nacional, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão, a todos os jornalistas, radialistas e homens de televisão do Brasil, estendo a saudação e as homenagens do Partido Democrata Cristão, e a gratidão do PDC e do povo tocantinense a todos quanto contribuíram para a grande e histórica conquista do povo brasileiro, em que se constitui a nova Constituição do Brasil.

Finalmente, quero declarar que o Estado do Tocantins não esquecerá, nunca, o art. 13 das Disposições Constitucionais Transitórias, e, por isso mesmo, deverá colocar em cada rua, em cada escola, em cada praça pública, o nome de todos os constituintes de 1987/88, porque souberam compreender os seus sonhos e as suas verdadeiras aspirações de integração nacional.

Juntos, constituintes brasileiros, homens e mulheres que mudamos o País, vamos percorrer os novos e iluminados caminhos abertos pela nova Constituição do Brasil, que elaboramos nestes históricos vinte meses de trabalho tão árduo quanto profícuo.

Nós, Sr. Presidente, juntos, haveremos de construir uma grande Nação sob esta nova Carta.

Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão vota "sim" favoravelmente à aprovação do Projeto de Constituição.

Pelo Tocantins!

Pelo Brasil! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem na palavra o nobre Líder Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Em fevereiro de 1987, quando o Partido dos Trabalhadores chegou ao Congresso Constituinte, não trazia nenhuma ilusão de que poderia, através da Constituição, resolver todos os problemas da sociedade brasileira. Entendíamos, já no dia 16 de novembro de 1986, que a composição da Constituinte não seria uma composição favorável aos projetos políticos da classe trabalhadora brasileira, tampouco seria favorável àqueles que sonharam ter uma Constituição a mais progressista possível.

O Partido dos Trabalhadores apresentou, em março de 1987, um Projeto de Constituição que não era, de forma alguma, um projeto socialista. Era o Projeto de Constituição nos parâmetros permitidos pelo capitalismo, mas entendíamos que, com o nosso projeto, poderíamos, mesmo dentro do sistema capitalista, minorar o sofrimento da classe trabalhadora brasileira. Passados 18 meses, é importante reconhecer que não apenas o Partido dos Trabalhadores como outras forças progressistas aqui, nesta Casa, se empenharam 24 horas por dia, de segunda a domingo, para que pudéssemos hoje estar votando esta Constituição.

O Partido dos Trabalhadores, com apenas 16 Deputados Constituintes, trabalhou de forma incansável, na perspectiva de que pudéssemos até, num prazo anterior a este, apresentar à opinião pública um Projeto de Constituição.

É preciso ressaltar que, se isso não foi possível, não se deveu aos setores de esquerda, não se deveu aos setores progressistas que aqui compareceram em todos os chamamentos do Presidente Ulysses Guimarães. Comparecemos, na expectativa de que pudéssemos, ainda possivelmente no ano passado, entregar esta Constituição.

Setores conservadores ligados ao Palácio do Planalto, setores conservadores — e até reacionários — ligados ao poder econômico criaram os mais diferentes tipos de embaraços, para que não pudéssemos votar esta Constituição. Mentiras e mais mentiras foram veiculadas através dos meios de comunicação. Tentava-se passar a idéia de que, a partir da promulgação da Constituição, este País iria explodir, este País não iria ter jeito, tal a quantidade de conquistas que a classe trabalhadora havia alcançado.

O Partido dos Trabalhadores fez um estudo minucioso, através da sua Bancada e da sua direção, e chegou à conclusão de que houve alguns avanços na Constituição; de que houve avanços na ordem social, de que houve avanços na questão do direito dos trabalhadores, mas foram avanços a quem daquilo que a classe trabalhadora esperava acontecesse aqui, na Constituinte.

Entramos aqui querendo quarenta horas semanais e ficamos com quarenta e quatro horas; entramos aqui querendo férias em dobro e ficamos apenas com 1/3 a mais nas férias; entramos aqui querendo o fim da hora extra ou, depois, a hora extra em dobro, e ficamos apenas com 50%, recebendo menos do que aquilo que o Tribunal já dava. Algumas conquistas consideradas importantes não passaram, nem sequer de perto, para que a classe trabalhadora pudesse ter o sabor e o prazer de festejar essas conquistas.

Sobre a questão da reforma agrária, esta Assembleia Nacional Constituinte teve o prazer de dar aos camponeses brasileiros um texto mais retrógrado do que aquele que era o Estatuto da Terra, elaborado na época do Marechal Castello Branco.

Os militares continuam intocáveis, como se fossem cidadãos de primeira classe, para, em nome da ordem e da lei, poderem repetir o que fizeram em 1964, ou o que foi feito agora no Haiti.

O latifundiário brasileiro deve estar festejando, juntamente com o Sr. Ronaldo Caiado, a grande vitória dos proprietários de terra que, em cinco séculos, não avançaram um milímetro para entender que a solução para os problemas graves deste País está no dia em que tivermos capacidade para elaborar uma reforma agrária que possa distribuir a terra e, ao mesmo tempo, o Estado garantir os meios.

Poderíamos mencionar, ainda, o anúncio feito pelo Líder do PMDB, de que mais ou menos 200 artigos serão regulamentados por legislação ordinária ou lei complementar. A própria CNI — Confederação Nacional da Indústria, elaborou um documento, possivelmente mais volumoso do que a própria Constituição, mostrando os artigos que, do seu ponto de vista, precisam ser regulamentados por lei ordinária e por lei complementar.

Todos nós, Constituintes, sabemos perfeitamente bem que na elaboração das legislações complementar e ordinária teremos um trabalho insano tanto quanto o foi o desta Constituição.

Todos sabemos que teremos eleições em 89, que teremos eleições em 90 e que possivelmente

até lá não tenhamos **quorum** para regulamentar um único artigo de lei previsto na Constituição.

Ressalto dois pontos importantes: a questão da estabilidade no emprego, que todos sonhávamos ou pelo menos uma parte sonhava conquistar. Esta vai ter que ser regulamentada por lei complementar.

Sabemos que apenas os Princípios Gerais não garantem a efetivação da democracia, que apenas a efetivação de alguns princípios gerais não garantem à classe trabalhadora viver em regime efetivamente democrático. É possível que, dependendo dessa correlação de forças existentes na Constituinte e permanecendo no Congresso, pouca coisa será regulamentada e algumas, possivelmente, serão regulamentadas em prejuízo da classe trabalhadora.

Sabemos que é necessário um trabalho insano de arregimentação do movimento popular. Sabemos que é necessário um trabalho insano de arregimentação do movimento sindical, dos partidos políticos progressistas, para que possamos manter a sociedade permanentemente pressionando o Congresso, para que ele possa regulamentar a legislação em benefício da classe trabalhadora brasileira.

Poderia citar a questão do direito de greve, possivelmente, a maior conquista obtida nesta Constituinte. Mesmo assim vai depender da regulamentação do que são categorias essenciais, vai depender de definirmos o que é abuso, porque, dependendo da cabeça política do empresariado brasileiro, a própria decretação de uma greve já pode ser caracterizada como abuso e todos sabem que a lei ainda existe neste País para punir os fracos, e não os poderosos.

Poderia citar aqui a questão do aviso-prévio, que é uma coisa simples, que poderia ter sido definido na Constituinte, entretanto, ainda vai ser definido pela lei e não sabemos quando é que essa lei vai definir o que é a proporcionalidade.

Engraçado que alguns constituintes aleguem que a votação de hoje é apenas uma votação de vírgula, uma votação de passagem, porque o texto já foi votado. Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que essa votação é mais importante do que a votação de mérito. Exatamente por entendermos isso que para nós não é apenas uma votação de vírgula ou uma votação de coisas pequenas.

É importante lembrar que determinados constituintes tentam acusar o Partido dos Trabalhadores da mesma forma que na época da Nova República o acusavam, da mesma forma que na época do Plano Cruzado colocaram a Maria da Conceição Tavares para chorar na televisão, depois da fala do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, da mesma forma que acusaram o PT por ocasião do Plano Cruzado.

Importante na política é que tenhamos espaço de liberdade para ser contra ou a favor. E o Partido dos Trabalhadores, por entender que a democracia é algo importante — ela foi conquistada na rua, ela foi conquistada nas lutas travadas pela sociedade brasileira —, vem aqui dizer que vai votar contra esse texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte.

Ainda não foi desta vez que a classe trabalhadora pôde ter uma Constituição efetivamente voltada para os seus interesses. Ainda não foi desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício.

Sei que a Constituição não vai resolver o problema de mais de 50 milhões de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho. Sei que a Constituição não vai resolver o problema da mortalidade infantil, mas imaginava que os constituintes, na sua grande maioria, tivessem, pelo menos, a sensibilidade de entender que não basta, efetivamente, democratizar um povo nas questões sociais, mas é preciso democratizar nas questões econômicas. Era preciso democratizar na questão do capital. E a questão do capital continua intacta. Patrão, neste País, vai continuar ganhando tanto dinheiro quanto ganhava antes, e vai continuar distribuindo tão pouco quanto distribui hoje.

É por isto que o Partido dos Trabalhadores vota contra o texto e, amanhã, por decisão do nosso diretório — decisão majoritária — o Partido dos Trabalhadores assinará a Constituição, porque entende que é o cumprimento formal da sua participação nesta Constituinte.

Muito obrigado, companheiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, no momento em que se instala a sessão em que a Constituinte votará a redação final, não poderia deixar de fazer alguns registros. O primeiro deles, o da incansável luta de todos nós, constituintes, que cumpriram o papel histórico de elaborar uma Constituição e que tiveram um trabalho diuturno, respondendo à confiança que o povo nos depositou ao nos enviar à Assembléia Nacional Constituinte. Segundo, um registro especial ao Presidente da Casa, Ulysses Guimarães, ao Relator Bernardo Cabral, aos Relatores Adjuntos, especialmente, a todos os líderes que tiveram um trabalho incansável para chegarmos ao final desta grande tarefa.

Sr. Presidente Ulysses Guimarães, antes do encaminhamento, devo dizer a esta Casa que a Assembléia Nacional Constituinte tem uma grande responsabilidade ainda hoje, quando, pela força da maioria dos Srs. Constituintes, fez prevalecer um artigo fundamental para o futuro deste País que estabelece, estatui, enfim, a obrigatoriedade de os acordos internacionais passarem pelo Congresso Nacional.

Nesta manhã e neste dia, lamento que o Governo Federal, às vésperas da promulgação da Constituição, envie os seus representantes a Nova Iorque em busca de um acordo que a Nação não conhece, de que o Congresso Nacional não tem notícia e que os jornais internacionais estão a informar que representa uma vergonha para o povo brasileiro: acordo internacional com juros acima dos juros internacionais, com uma taxa de **spread** bastante elevada e com condições que não se definem para que e para onde. Se a Assembléia Nacional Constituinte não tomar uma posição ainda hoje, toma-se conivente com esse posi-

cionamento do Governo Sarney e do Ministro Maílson da Nóbrega.

Sr. Presidente, na Comissão de Sistematização o Deputado Paulo Ramos apresentou um projeto que impedia que quaisquer acordos sobre a dívida fossem feitos sem a audiência da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, feito esse registro e este apelo a todos os Constituintes que votarão a redação final, apresento à Casa, ainda hoje, um projeto de decisão que susta essa negociação que não é transparente nem conhecida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, da Constituição que votaremos dentro em breve, em sua redação final, destaco cinco pontos fundamentais: o seu conteúdo liberal no plano político; o seu caráter descentralizador no plano administrativo; na questão econômica, a consagração da defesa do nacionalismo e, sobretudo, das riquezas do nosso País, do social, setor moderadamente reformista, e seu forte espírito corporativista.

É evidente que a promulgação de uma nova Constituição deveria ter sido antecipada, em função da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o autoritarismo. Entretanto, ela foi fruto de conciliação das elites, que permitiram que o poder econômico nas eleições que nos trouxeram para esta Casa fosse o ponto fundamental na constituição da nova Assembléia Nacional Constituinte.

Passamos por momentos difíceis, com o posicionamento menor do Executivo, objetivando adiar a transição e, sobretudo, resguardar aquilo que chamava direito adquirido, que inexistia, porque não existia a legitimidade para manter esse direito adquirido.

Superadas essas dificuldades, iniciamos o trabalho, onde a luta maior, nos primeiros momentos, foi pela defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, refletida nos embates desta Casa ainda na elaboração do Regimento Interno.

O processo de votação e discussão constitucional é ímpar na História do Brasil, porque foi o mais democrático. Jamais houve na História do Brasil qualquer Constituição que não viesse precedida de um anteprojeto feito por iluminados, desde a primeira Constituição brasileira. Trabalhamos com a participação de todos os constituintes, desde as Subcomissões às Comissões. Críticas foram feitas em relação à vagariedade dos trabalhos, mas na verdade foi uma discussão profícua, onde as forças democráticas, apesar de minoritárias nesta Casa, tiveram o sabor de comemorar, sobretudo, a perseverança, a competência e o trabalho diuturno.

Direi que esta nova Constituição representa, neste momento, a correlação de forças políticas democráticas que existem na Assembléia Nacional Constituinte, com muitos avanços, basicamente naqueles pontos que dizem respeito ao plano político.

A bancada do meu partido, com 28 constituintes, pode orgulhar-se de ter contribuído decisivamente para a nova Constituição brasileira, com muitas vitórias, várias derrotas, mas com muita luta, e, sobretudo, voltada para os interesses da Nação.

Avançamos no plano institucional, nos direitos e garantias coletivas e nos direitos fundamentais, com a introdução de institutos novos no Direito Constitucional brasileiro e, quicá, no do mundo, qual seja, o mandado de injunção.

No capítulo referente ao Direito dos Trabalhadores, tivemos grandes vitórias e algumas derrotas históricas, como aquela que dizia respeito à diminuição da jornada de trabalho, para a sua fixação em quarenta horas; emenda da lavra da nossa bancada.

Avançamos no direito de greve; na igualdade do direito dos trabalhadores urbanos e rurais; dos trabalhadores autônomos e dos trabalhadores com relação de emprego; avançamos no que se refere ao tão discutido turno de revezamento.

Srs. Constituintes, diria que fixamos na Constituição o Capítulo referente à Seguridade Social, estabelecendo novos rumos na relação entre os trabalhadores, a saúde, a educação, a previdência social e, sobretudo, em relação aos deficientes físicos.

No plano econômico tivemos consideráveis avanços que permitiram definir, pela primeira vez na História Constitucional do Brasil, uma realidade: a existência da empresa brasileira de capital nacional e a empresa brasileira de capital estrangeiro, fruto da realidade econômica do País, e o seu tom nacionalista se definiu na defesa do subsolo e de nossas riquezas minerais.

Diria mais: grandes conquistas obtivemos sob vários aspectos. Lamento, entretanto, que três pontos tenham sido nesta Casa, extremamente conservadores: se descentralizamos administrativamente o País com a reforma tributária; se descentralizamos o poder político do País dando maiores atribuições ao Legislativo, o fizemos também em relação ao Judiciário, dando-lhe, inclusive, autonomia administrativa e financeira, pecamos quando não conseguimos estabelecer o controle externo do Judiciário, que seria fundamental para a celeridade do processo judicial no País.

Por isso, anoto um ponto extremamente atrasado e conservador, como anotarei também com tristeza o ponto conservador no que diz respeito ao papel das Forças Armadas. Entendo que as Forças Armadas deste País são, indubitavelmente, como em qualquer democracia, a coluna vertebral do Estado, mas não podem continuar a tutelar a sociedade, pois têm que se subordinar à sociedade, porque esta, como um todo, é mais importante do que qualquer setor que faz a vida pública deste País.

Lamento, na Ordem Econômica, a posição não conservadora, mas de retrocesso, no que diz respeito à mudança da fisionomia fundiária do País.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, o meu tempo se esgota. O nosso partido, que tem a consciência de ter dado uma contribuição perene, diária e decisiva nesta Carta, votará em bloco pela redação final. Dissemos muitas vezes que, se as forças que se arvoravam de donas da Constituinte quisessem impedir o avanço democrático que conquistamos, não assinaríamos a Carta. Mas devo dizer que no balanço que fazemos, com deficiências, com fragilidades, com erros e com derrotas, temos um saldo positivo, porque esta Constituição é a Constituição do Brasil real, da correlação de forças, a Constituição que vai permitir, sobretudo, o avanço do processo democrático brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço aos Srs. Constituintes que estiverem na Casa não se ausentem, porque temos poucos, alguns oradores inscritos, e, logo em seguida, iremos